

O SOCIAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE: DAS DESIGUALDADES À VIOLÊNCIA NO ESPAÇO EDUCACIONAL

Marizete Santana dos Santos*

Professora e Pedagoga da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, PR; Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade CNEC, Campo Largo, PR

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; BONETI, Lindomar Wessler; PACIEVITCH, Thaís (Org.). **O social e as Políticas Educacionais na contemporaneidade: das desigualdades à violência no espaço educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2014. 252 p.

A expressão dos conflitos sociais nos espaços educacionais e as dificuldades da escola em lidar com as diferenças e desigualdades sociais perpassam as temáticas discutidas na obra.

Os textos, organizados em 10 capítulos, são oriundos de pesquisas que discutem as questões que envolvem políticas educacionais, justiça social, desigualdades, manifestações de violência no espaço escolar, qualidade social da educação, currículo, avaliação e poder.

De forma crítica, os argumentos apresentados validam o pressuposto de que as materializações das normas e regras do espaço escolar ocorrem a partir de interpretações epistemológicas sobre ciência, saber, verdade e poder, praticadas e substanciadas nas relações sociais.

O diferencial da obra encontra-se na pluralidade de análises acerca do social e das políticas educacionais na contemporaneidade, o que faz com que os postulados construídos em cada um dos capítulos suscitem reflexões acerca dos desafios postos às políticas educacionais no sentido de edificar um novo modo de interpretar a realidade de forma a constituir a justiça social.

Cesar Tello, no texto intitulado *El horizonte del enfoque de la epistemología de la política educativa: la justicia social*, propõe o aprofundamento da dimensão socioeducativa da epistemologia da Política Educativa como contribuição para o for-

* Doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

talecimento do campo da investigação em política educativa e justiça social a partir de três perspectivas epistemológicas: a perspectiva do oprimido, a perspectiva interdisciplinar e a perspectiva da estranha realidade. A análise dessas três perspectivas torna possível um novo entendimento da realidade e uma nova forma de nos relacionarmos com ela, de forma a promover posicionamentos epistemológicos comprometidos com a justiça social.

O texto *A desigualdade social no espaço escolar*, escrito por Lindomar W. Boneti, aborda os fatores determinantes na produção da desigualdade social e como isso se revela no espaço escolar. O autor assevera que o tratamento epistemológico dispensado pelas políticas e instituições públicas aos bens sociais, reais e simbólicos, em poder de segmentos pobres da população, explica o “mau” desempenho na trajetória escolar das pessoas oriundas de segmentos pobres. Nesse sentido, são discutidos os aspectos do papel da cultura, das ideias e da construção simbólica na construção social da desigualdade e como esses elementos agem na construção do processo de dominação.

A redefinição do reconhecimento no seio das políticas educacionais no Brasil, é a temática discutida por Sidney R. da Silva e Maria de L. P. de Almeida. Os autores abordam a promoção do reconhecimento, destacado como base normativa, e a conquista ou reconquista de um espaço social por parte dos movimentos sociais não mais em nome de exigências meramente econômicas, mas também de exigências culturais e simbólicas que estão na base de consideração do ator social como sujeito que cria sua autonomia.

Sadi Franzon e Peri Mesquida, no texto *Políticas Públicas e Neoliberalismo: a educação e o loteamento do mercado educacional*, discutem e tecem questionamentos à ênfase dada à qualidade da educação como mecanismo capaz de melhorar a condição do indivíduo e do País no cenário mundial. Os autores também apresentam reflexões sobre a polarização da defesa do papel do Estado, que por um lado é apreendido como um Estado mínimo, não intervencionista, e por outro, defendido como um Estado mais atuante no setor econômico, com maior poder de provisão. Outro aspecto analisado é o processo de descentralização como tendência de desresponsabilizar o Estado quanto aos cuidados em relação aos direitos sociais, entre os quais, a educação, disputada pela instância privada e influenciada pelo sistema econômico hegemônico, que a partir do pensamento neoliberal, é tratada como uma mercadoria a ser negociada e explorada de acordo com a lógica do capital. Tecendo considerações sobre a transformação dos direitos sociais em direitos individuais e a transferência de responsabilidades do Estado para o consumidor, os autores levantam alguns ques-

tionamentos sobre onde se situa ou qual é o campo em que deve o Estado atuar em relação às políticas educacionais e à concepção de educação, que no plano normativo é reafirmada como um direito público, humano, mas nada mais representa do que um discurso falacioso em busca de votos do eleitor. Dessa forma, o texto instiga o leitor a refletir se a educação é de fato gratuita a todos e de qualidade, se essa educação retrata a realidade no tempo e espaço e se o acesso à educação é efetivamente garantido a todos, indistintamente.

A temática *Os conceitos de multiculturalismo/interculturalidade e gênero e as possibilidades de superar as desigualdades e a violência (de gênero) no currículo da educação básica*, de José Licínio Backes, faz referência à naturalização das relações de gênero, marcadas historicamente pelo sexismo, machismo e discriminação, e das expectativas em torno dessas identidades pela sociedade e o quanto essas representações estereotipadas continuam circulando no currículo escolar, de forma sutil, camuflada, minuciosa e inscrevendo marcas nos corpos. O autor ressalta que a naturalização e a cristalização dessas relações acontecem de forma “trivial” e, historicamente, acabam por produzir as inúmeras formas de viver as identidades sexuais e de gênero como “desviantes”, “patológicas”, “pecaminosas”, “demoníacas”, tornando-as um campo propício para a violência e a produção da desigualdade social. Também o currículo escolar, marcado por essas representações, contribui para a sua reprodução. As reflexões sobre os conceitos de interculturalidade e multiculturalismo e sua emergência como parte da luta teórico-política relacionada às questões de gênero é o fio condutor do debate apresentado por Backes.

No texto *Das políticas de acesso e permanência na escola ao direito à educação básica de qualidade social: avanço possível?*, as autoras Thais Pacievitch e Ana Maria Eyng, com base nos dados do Censo Escolar (2010), apresentam um panorama dos índices de matrículas em todos os níveis da Educação Básica e, a partir desses resultados, discutem o processo de democratização do acesso à escola e a questão da permanência. Destacam que, apesar da queda nos índices de evasão escolar na Educação Básica, esses índices ainda continuam bastante altos. Aos programas sociais de transferência de renda, instituídos para garantir a permanência desses sujeitos nas escolas (Bolsa Escola, Bolsa Família e o Projovem), é atribuída a queda dos índices de evasão escolar. Entretanto, apesar da existência desses programas, as autoras afirmam que a educação como direito ainda não se efetivou, pois essas políticas não garantem a qualidade social da educação oferecida.

Maria Lourdes Gisi, a partir do texto *O bullying e o processo de interação no espaço escolar*, analisa a temática da violência nas escolas, com enfoque na prática

do *bullying*, que, conforme a autora, decorre de preconceito em relação à etnia, classe social e qualquer manifestação indicativa de diferença, entendida na perspectiva do que a sociedade considera “normal”. Gisi ressalta que na prevenção do *bullying* um dos pontos essenciais é o combate ao preconceito, e elenca alguns desafios em torno desse combate: fortalecimento do papel do educador; escola como mediação para o espaço público e como um ambiente propício para o exercício da cidadania; e criação de uma escola justa. Nessa perspectiva, a concepção pedagógica e o tipo de gestão devem promover ações coletivas, coerentes e contínuas, de forma a atingir objetivos nas dimensões individual e social e na construção de um projeto político-pedagógico que contemple uma formação escolar baseada no respeito e na solidariedade.

Escrito por Cloves Amorim e Ana Maria Eyng, *Violência escolar, bullying e políticas públicas: uma reflexão* é a temática a partir da qual os autores discutem a manifestação da violência como objeto de distintas análises e evidenciam a dinâmica *bullying* como uma modalidade de violência escolar. Amorim e Eyng destacam a educação e suas políticas públicas como possibilidade de superação do *bullying* e de transformação social na contemporaneidade por meio da aprendizagem da convivência e, sobretudo, da aprendizagem da convivência com as diferenças. Com base em Santos (2009), os autores contemplam três ações básicas no sentido de deixar de lado o imobilismo que amedronta e amordaça, impedindo a superação da violência: repoliticizar e radicalizar os direitos humanos; ampliar a visão estreita de cidadania e cidadão; reconstruir efetivamente a relação entre educação, emancipação e democracia como ancoragem para a superação dos mecanismos violentos nas e das escolas.

Na sequência, o texto *O Currículo e as fronteiras da in/exclusão: a reflexão de professores da Educação Básica*, de Ruth Pavan, tece uma análise sobre o lugar ocupado pelo currículo na educação e a necessidade de se romper com o pensamento único, linear, e desconstruir criticamente os mecanismos que produzem as fronteiras da inclusão/exclusão nesse espaço. As relações de raça, gênero, crença, geração, além das relações de classe, também originam processos de exclusão. Assim, a superação dos processos de exclusão não ocorre apenas com a inclusão, mas também com a emancipação. Portanto, há necessidade de se romper com as diferentes formas de opressão e exclusão presentes no currículo da educação básica. A autora salienta que o poder que opera controlando nossas subjetividades também se manifesta no espaço escolar, em que os processos de exclusão são reforçados e o poder disciplinar circula. Um dos mecanismos utilizados como forma eficaz de disciplinamento/controlado é a Avaliação, que, como parte integrante do currículo, também contribui para os processos de inclusão/exclusão.

Fátima Antunes e Virgínio Sá encerram com a temática *Cursos de educação e formação, política e pedagogia da educação universal: histórias em torno do saber e do poder na escola*, texto no qual os autores discutem a centralidade da educação, estabelecida a partir do seu reposicionamento enquanto instância de construção do capital humano, com vistas à competitividade e ao desenvolvimento econômico. Os autores chamam a atenção para o papel assumido pela escolarização, a partir do século XX, como um “sistema de espécie” em que os sujeitos se encontram submetido às formas de regulação que exercem sobre eles tensões e conflitos, dadas as contradições, disputas e confrontos situados nas arenas social, política e econômica.

A leitura da obra permite a compreensão sobre a urgência de políticas educacionais que possibilitem avanços quanto à garantia de direitos via processo de democratização do espaço educacional, que promovam o reconhecimento dos movimentos sociais em defesa das diversidades, do direito à diferença e da emancipação. Também é urgente a construção de currículos que destaquem as subjetividades e as identidades dos sujeitos diversos que compõem o universo social.

Sobre os organizadores da obra

Maria de Lourdes P. de Almeida é Doutora em Filosofia, História e Educação pela Universidade Estadual de Campinas, pesquisadora e secretária executiva do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisa em Ensino Superior da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e docente, pesquisadora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense.

Lindomar W. Boneti é Doutor (PhD) em Sociologia pela Universidade Laval, Québec, Canadá e Pós-doutora pelo Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Fribourg, Suíça. Atua como professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Thais Pacievitch é Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Atua como docente do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e pedagoga do Instituto Federal Tecnológico do Paraná.

Recebido em: 21 de abril de 2016

Aceito em: 09 de julho de 2016

Endereço para contato: Avenida Visconde de Guarapuava, 5356, Batel, Curitiba, Paraná, 80240-010; marizete23@yahoo.com.br

